

Os nossos homenageados foram:

A Comissão Pastoral da Terra que com soro caseiro e educação alimentar conseguiu reduzir por todo Brasil e especialmente, em Alagoas, na Vila Brejal em Maceió, a mortalidade infantil. Um projeto simples que incluía, além do soro caseiro e multimistura, visitas domiciliares, com ações básicas de saúde e orientações às mães. A ex-conselheira do CES e integrante da Pastoral da Criança em Alagoas, Maria Borges, foi quem recebeu a homenagem.



O líder comunitário Antônio Sabino dos Santos também foi escolhido representando os usuários. Eletricitário de profissão, participou de todas as conferências municipais de saúde de Maceió, com aprovação de propostas que beneficiaram a comunidade. Defendeu a saúde dos alagoanos em várias conferências estaduais e nacionais de saúde. Foi articulador do movimento popular de saúde em Alagoas e membro do Conselho Nacional de Saúde.



Como gestor, o sanitarista Joelington Medei-

ros foi um dos dois escolhidos. Com sua capacidade técnica contribuiu fundamentalmente para a organização da rede de saúde em Alagoas. Foi um dos criadores do Conselho Estadual de Secretarias Municipais de Saúde – Cosems. Prestou assessoria também ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – Conasems. Assessorou a Secretaria Estadual de Saúde de Alagoas no setor de planejamento, avaliação, supervisão regional e regulação. Contribuiu ainda como secretário municipal de saúde em vários municípios alagoanos.



A segunda homenagem para gestão foi para a dentista, Kátia Born que descobriu durante seu dia a dia no posto de saúde no bairro do Vergel do Lago, em Maceió, a necessidade de trabalhar em defesa da população desassistida. Entrou para a política, foi vereadora, secretária municipal de saúde de Maceió, coordenadora do Fórum nacional de secretarias municipais de saúde, defendeu a municipalização e a institucionalização do Sistema Único de Saúde. Foi secretária estadual de saúde. Aumentou o número de leitos nos hospitais de Arapiraca e Palmeira dos Índios. Criou o primeiro núcleo do Samu no interior do Estado. Criou 28 Centros de Atenção Psicossocial. Também foi secretária de saúde do município de Rio Largo e atualmente é secretária de saúde em Palmeira dos Índios.



No segmento prestador a homenagem mais que merecida foi para o Hospital Geral do Estado Professor Osvaldo Brandão Vilela, que recebeu essa denominação em 2008. Surgiu da junção do Hospital Escola dr. José Carneiro e a Unidade de Emergência dr. Armando Lages. Mesmo diante das dificuldades, das crises de abastecimento, da superlotação e de todos os problemas diários, o HGE como é conhecido, presta um serviço importantíssimo à sociedade alagoana, ao longo de décadas. Atendendo cerca de 180 mil alagoanos em média por ano, sempre com portas abertas é cem por cento Sistema Único de Saúde.



A Maternidade Santa Mônica também teve o seu reconhecimento como prestadora de serviço. Inaugurada em 1964, a Maternidade Escola Santa Mônica passou por várias reformas e ampliações para se adequar às necessidades das gestantes e dos bebês que todos os dias nascem nas suas dependências. É uma maternidade que atende gestantes de alto risco, mas também se caracte-

teriza pelo atendimento cem por cento Sistema Único de Saúde e portas abertas. Depois das últimas reformas e da atuação do Controle Social cobrando atendimento de qualidade, temos hoje a ampliação na sua estrutura de atendimento às gestantes e aos bebês.



No segmento trabalhador o médico Julio Bandeira foi um dos escolhidos. Em 1979 Julio Bandeira formou-se em medicina pela atual Uncisal. Militou no movimento estudantil e sindical, se destacando como uma liderança do sindicato dos médicos, na luta em defesa da anistia, da constituinte e da saúde pública de qualidade e para todos os alagoanos. Fundador da sociedade de direitos humanos de alagoas, vice-presidente da federação dos médicos, atuou no programa de saúde da família e foi vereador na cidade de Maragogi e vice-presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Alagoas – Cosems.



O segundo escolhido no segmento trabalhador foi o médico Valmir de Melo Gomes. Também professor universitário Valmir de Melo Gomes, iniciou suas atividades no movimento estudantil contribuindo na reconstrução do centro acadêmico de medicina. Defendia um ensino médio voltado para as necessidades da população brasileira. Foi presidente do sindicato dos médicos, lutando com muita convicção em prol do sistema público de saúde. Foi conselheiro estadual de saúde e municipal em Maceió. Atua como médico da estratégia de saúde da família e como professor universitário da Uncisal.



O Conselho Estadual de Saúde homenageou a Promotora pública, Micheline Tenório pela dedicação e trabalho que desempenha à frente do Núcleo da Saúde do Ministério Público de Alagoas. O CES tem trabalhado na intensificação da parceria com o Controle Externo e o Ministério Público Estadual tem sido o principal parceiro na busca dos direitos preconizados pelo SUS. Ela foi representada pela analista jurídica do Ministério Público Estadual, Maryna de Araújo.



Encerrando o dia D da saúde, a última homenagem foi ao deputado federal Ronaldo Lessa pela trajetória como homem público exercendo o cargo de deputado estadual, vereador, prefeito e posteriormente governador de Alagoas, quando durante seu mandato, travou uma luta desafiadora contra a mortalidade infantil, baixando drasticamente os índices de crianças que não chegavam a um ano de vida em Alagoas. Contribuiu para a estruturação do conselho estadual de saúde. Ele foi representado pelo seu filho Nivaldo Lessa, pois não pode comparecer à cerimônia.



Certamente o dia D da saúde fica para a história do CES, pois algumas horas de homenagens significaram reviver 30 anos de atuação, seja como protagonistas do Controle Social, seja como lideranças e ativistas na criação e formação do Sistema Único de Saúde. Parabéns aos que lutaram e aos que participaram do evento. Certamente enriqueceram o conhecimento acerca da trajetória da saúde em Alagoas e abriram suas mentes acerca do papel que exercem.



**CES**  
A L A G O A S



**OPINIÃO**

## A importância das secretarias executivas nos Conselhos de Saúde

Por **Fátima Carnáuba**, Secretária Executiva do CES-AL

Os Conselhos de Saúde representam um importante espaço para a efetivação do Controle Social, dando voz à sociedade que participa do planejamento, monitora e avalia as ações dos gestores. Para contribuir na atuação técnico-administrativa dos Conselhos são instituídas as Secretarias Executivas.

Conforme a Quarta Diretriz da Resolução 453 do Conselho Nacional de Saúde, cada Conselho de Saúde deverá contar com uma secretaria executiva coordenada por pessoa preparada para a função, para o suporte técnico e administrativo, subordinada ao Plenário do Conselho de Saúde, que definirá sua estrutura e dimensão. Sua atuação ajuda a promover o diálogo entre o Pleno do Conselho, Mesa Diretora e Gestores. É de fundamental importância para o efetivo desempenho do Conselho de Saúde e para a consolidação do Controle Social.

A Secretaria Executiva é uma função administrativa e deve estar a serviço do Conselho de Saúde. Tem como competência, administrar os recursos humanos e materiais necessários ao pleno funcionamento do Conselho. É importante na organização e administração das rotinas de trabalho, tais como elaboração e atas, manutenção dos arquivos dos trabalhos do Conselho de Saúde e também responsável para tender as deliberações do plenário quanto as convocações e encaminhamentos da demandas. Competências essas que, recomenda-se, estejam estabelecidas nos regimentos internos do CS.

O seu perfil deve levar em conta ao alto grau

de informações sigilosas as quais tem acesso, trabalhar focado nas necessidades do Pleno do Conselho; saber coordenar equipes de trabalho; saber administrar conflitos; trabalhar em equipe e trabalhar para o coletivo e não somente para a gestão ou determinado grupo de segmento.

Os pontos fortes desse profissional no âmbito dos Conselhos são a expansão de conhecimento e poder trabalhar em um ambiente bastante complexo e com pessoas de diversas personalidades, quesitos muito importantes para o crescimento pessoal e profissional. Os pontos fracos são a falta de remuneração específica para o profissional e muitas vezes a função não tem o devido reconhecimento.

O CES incentiva os Conselhos Municipais que ainda não tem uma secretaria executiva, a constituir-la. Elas tem uma importância decisiva na garantia da continuidade dos trabalhos, especialmente nos momentos de mudanças das gestões.



## 30 anos do SUS – A luta que valeu a pena

Por **Joelington Medeiros**, Assessor de Planejamento do CES-AL

Certamente o SUS não nasceu com a promulgação da Constituição Federal de 88, esse ato é de consolidação legal de muitos “atos e fatos” estrategicamente desenvolvidos ao longo do tempo e com muitos atores denominados como “movimento da reforma sanitária brasileira”. E aqui dividimos essa história em dois períodos – movimentos de resistência e mobilização e de consolidação estrutural do sistema. Resistência por ter acontecido num período obscuro, em pleno regime de exceção, as maiores movimentações estratégicas do processo da Reforma Sanitária Brasileira.



Destacamos as ampliações na área de atuação do SESP extrapolando a assistência para além da Amazônia Legal e contemplando regiões do Nordeste com investimentos e manutenção de serviços. Implantação do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento – PIASS, no nordeste e norte de Minas Gerais com o apoio da SUDENE, por meio do Polonordeste. Marco da expansão da rede assistencial com construções de unidades mistas - ambulatorial e hospitalar em clínicas básicas com destaque para as unidades básicas de saúde.

Ressaltando que Alagoas foi referência nacional nesse período, pela melhoria dos indicadores de saúde e investimentos na formação e formatação da equipe profissional, cuja qualidade técnica e dedicação se tornaram exemplar.

Em seguida, vieram as AIS (Ações Integradas de Saúde), movimento concreto que já esboçava a formatação do futuro sistema. Exigia a existência de Comissões Interinstitucionais (municipais – CIMS ou locais – CLIS). Estas opinavam sobre as prioridades na área de saúde, principalmente os investimentos financiados por convênios. Essa prática trouxe a opinião das comunidades pra dentro do setor que direcionava e opinava sobre suas necessidades. Foram os embriões dos Conselhos de Saúde.

A pressão popular para que movimentos sociais fossem ouvido pelo governo sobre seus direitos na área de saúde pública, em tempos de redemocratização, levaram ao surgimento de propostas do movimento da reforma sanitária e a 8ª Conferência Nacional de Saúde foi convocada, considerada histórica, pois entre várias deliberações, formatou o arcabouço estrutural do Sistema Único de Saúde com suas diretrizes conceituais.

Restava aguardar a construção e promulgação da Constituição pela Assembléia Constituinte em funcionamento à época. O foco era evitar qualquer tipo de retrocesso nesse período de dois anos e meio que separavam as deliberações da conferência e a promulgação da Constituição. Como estratégia foi implantado o SUDS como forma de preparação das estruturas existentes. Em 1987, uma portaria do INAMPS, assinada pelo seu

presidente Hésio Cordeiro, definiu a extinção da obrigatoriedade da exigência da Carteira Previdenciária para atendimento. O INAMPS tornou-se universal ampliando o atendimento que era de 46 milhões de pessoas com contribuição previdenciária, para 145 milhões de brasileiros em todo país.

Em 1988, a Constituição é promulgada e traz em cinco artigos, a criação e as determinações de funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS. A partir daí, entramos no período de consolidação. Iniciou-se o movimento municipalista da saúde, incontrolável, pelo seu apelo do retorno de poder ao município que havia sido retirado com o processo e centralização político. Os secretários e secretárias municipais de saúde se organizavam e interferiam, construindo seus Conselhos de saúde, Fundos de saúde amparados nas leis nº 8.080 e a nº 8.142, com a consolidação jurídica e definição de legitimação do Controle Social por meio dos Conselhos de Saúde como componente obrigatório e deliberativo nas políticas de saúde.

Em 1996 foi editada a NOB 96, que considerava a Atenção Básica como responsabilidade inerente aos municípios e que deveria ter seu financiamento assegurado por um “per capita” de base nacional. De forma intermediária, continuou a lógica de pagamento por produção dos serviços de maior complexidade. São instituídas as PPIs (Programações Pactuadas e Integradas) que, de forma privilegiada, permitia a pactuação entre gestores de programação integrada de serviços.

Em 2006 já não cabiam mais “os arranjos organizativos”, editados por normas. Era necessário mudar o rumo e incluir maior responsabilidade as gestões. Era a estratégia e o momento dos pactos pela saúde em três versões que se completavam. Pacto de Gestão que tratava das responsabilidades sanitárias. Pacto dos Indicadores que

definia de forma negociada melhoria dos indicadores de



saúde e o Pacto em Defesa do SUS que consistia na releitura do sistema e reavaliação política do patrimônio democraticamente construído.

Em 2011, foi editado o Decreto Federal 7.508 normatizando vínculos e compromissos, tornando mais transparentes os acordos formatados com Contratos Organizativos, conferindo reconhecimento legal, do ponto de vista jurídico. Instrumento ainda sendo aperfeiçoado com retoques legais e com implantação lenta, mesmo nos tempos atuais.

Todas essas fases, estratégias, arranjos, movimentos, aprendizado, dedicação se passaram em 30 anos. Se valeu a pena, digo que sim e que faria tudo outra vez. Garanto que essa é o sentimento de todos e todas que, de alguma forma e em algum momento, ajudaram e ajudam a construir democraticamente esse patrimônio.



## Interpretação da Constituição, das Leis e dos demais atos normativos

Por Joaquim Milton, Assessor Jurídico do CES-AL



A Assessoria Jurídica do CES/AL, é o setor que presta Assessoria e Consultoria jurídica ao Conselho Estadual de Saúde de Alagoas e compete ao setor à interpretação da Constituição, das Leis e dos demais atos normativos que serão seguidos pelo Conselho Estadual de Saúde.

Também, a Assessoria Jurídica, trabalha em conjunto com a Equipe Técnica do CES/AL, auxiliando na elaboração de propostas, que serão submetidas às Comissões Permanentes do Conselho, como também, colaborando com a Mesa Diretora do CES/AL.

A participação social é garantida por nossa Constituição Cidadã, assim sendo, a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito, garantindo todos os direitos fundamentais, inclusive o da cidadania, exercido pela participação social. Dessa forma, a Constituição Federal

contemplou em sua estrutura o Controle Social, ou seja, a determinação da participação dos cidadãos, através da sociedade civil organizada, fiscalizar os atos dos governantes, e essa fiscalização é exercida diretamente pelos Conselhos Sociais.

Assim, por meio dos Conselhos, o cidadão fiscaliza as ações e gastos dos Gestores e, ainda, propõe ações a serem desenvolvidas por estes. Com o advento da Lei Nº 8.142/90, restabeleceu a participação popular e, a obrigatoriedade de os Estados, Distrito Federal e Municípios possuírem seus Conselhos de Saúde, com participação paritária dos usuários em relação aos demais.

Sendo assim, é importante que os Conselhos de Saúde se fortaleçam cada vez mais, e assim, o CES/AL, vem desenvolvendo esforços para garantir o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Saúde no Estado de Alagoas. Dessa forma, a Assessoria Jurídica, vem auxiliando o CES/AL nessa missão de efetivação e fortalecimento dos Conselhos Municipais, atuando junto com Conselheiros e Gestores, na reformulação das Leis Municipais e Regimentos Internos, adequando assim esses instrumentos, ao que estabelece as Resoluções e outros atos normativos do Controle Social.

Portanto, a Assessoria Técnica Jurídica, exerce papel de auxiliar na interpretação dos atos normativos a serem seguidos pelo Conselho Estadual de Saúde e, ainda, atua junto com a Equipe Técnica e Mesa Diretora na elaboração de projetos e propostas, além de contribuir na interlocução com os demais atores do Controle Social.

## Tornar o Controle Social visível na mídia

Por Elza Amaral, Assessora de Comunicação do CES-AL

Parece uma tarefa quase impossível fazer com que o instrumento mais importante de vigilância sobre os recursos públicos da saúde no Brasil, não tenha espaço na mídia. O primeiro obstáculo é o conhecimento acerca do papel dos Conselhos de Saúde, algo que a maioria dos jornalistas não tem noção do que seja.

De forma geral, a mídia avalia o Controle Social na saúde como mais um departamento burocrático, que viaja pelos números da saúde, discute em suas reuniões e divulga nas ferramentas de comunicação. É uma realidade brasileira e foi assunto da Conferência Nacional de Comunicação, em 2017, realizada em Brasília, envolvendo o Conselho Nacional de Saúde, as assessorias dos conselhos de todo Brasil, Ministério da Saúde, a academia, especialistas em comunicação social e vários outros atores. A reclamação é a mesma, não há a visibilidade que o Controle Social merece e necessita.

Vários são os fatores que ocasionam esse olhar limitado. Entre eles, a transformação do jornalismo no Brasil, acompanhando uma tendência mundial, do imediatismo. Essa característica que antes era basicamente do rádio, com o advento da internet, se ampliou ao longo das últimas décadas, e hoje o que temos são milhões de pessoas que utilizam as redes sociais como meio de informação, socialização e “aprendizado”. Os jornais diminuem suas tiragens e aparentam não lutar contra essa tendência, optando ou por fecharem as portas ou limitarem suas edições.

É nesse cenário que os conselhos de saúde, precisam divulgar suas ações e seu papel. Uma informação que soa como “fria” e que não atrai milhares de eleitores, a não ser que venha carregada de denúncias como desvio de recursos, o mau atendimento em unidades de saúde que resultou em

mortes, a falta de medicamentos, etc.

Além das nossas ferramentas de comunicação como redes sociais, sites e impressos, temos conseguido um bom espaço na mídia, fruto do trabalho realizado pelo CES, das abordagens que temos dado ao material que levamos para a mídia, principalmente quando destacamos o papel fiscalizador e de acompanhamento do Controle Social sobre a aplicação dos recursos.

Vale destacar que o rádio tem sido um grande parceiro nessa divulgação, visto que o seu alcance atinge todas as camadas sociais. Mas na outra ponta existem os cidadãos, que por sua vez, precisam se qualificar nas informações que escolhem para formar seu senso crítico, sua consciência sobre seus direitos e os deveres do governo, visto que o Controle Social é o maior defensor do Sistema Único de Saúde. Esse debate deve ser feito pelos sindicatos, associações, movimentos sociais e todas as representações do povo brasileiro. É um caminho para termos Controle Social com laços mais estreitos entre o papel constitucional que a sociedade lhe destinou e a interação com essa mesma sociedade.



## Desafios de fazer o SUS em Alagoas

Por Izabelle Pereira, Presidente do COSEMS-AL

A falta de prioridade gradativa ao SUS e a ameaça de desmonte foram reforçados pela crise econômica e políticas de austeridade fiscal e, especialmente, pela Emenda Constitucional 95 (EC-95/2016) que congela o orçamento público durante 20 anos. O fato é que o SUS foi implantado, mas não se encontra consolidado e a crise política e econômica atual preocupa ainda mais os gestores da área, sobretudo porque pelo menos 80% da população alagoana depende da assistência ofertada pelo Sistema.

Vale destacar que o SUS é responsável, sobretudo por prover o acesso das parcelas mais vulneráveis da população às ações e serviços de saúde, caracterizando-se como promotor da equidade, que na prática precisa ser melhor consolidada. O SUS também atende a usuários de planos de saúde e de serviços privados quando necessitam de atenção de alta complexidade, a exemplo dos transplantes, da hemodiálise e dos medicamentos de alto custo.

O Programa Nacional de Imunizações (PNI), que oferece acesso universal a todos os imunobiológicos recomendados pela Organização Mundial de Saúde é outro serviço que beneficia os usuários do SUS de todas as camadas sócio-econômica-culturais. Vale reforçar que um sistema universal, ainda que imperfeito em sua implementação, consegue dar respostas efetivas na redução da mortalidade infantil, no aumento da expectativa de vida, na eliminação ou erradicação de doenças, na implantação de políticas específicas vinculadas aos direitos humanos e sociais e em ações efetivas de promoção da saúde.



Apesar de haver consenso sobre os avanços obtidos ao longo destas três décadas, mesmo com os notórios problemas estruturais que minam as potencialidades do SUS, estudiosos e militantes do Sistema se debruçam todos os anos em Congressos e eventos que reúnem especialistas de renome do país para traçarem estratégias a curto e médio prazo em prol do fortalecimento dele e contra o seu desmonte gradativo.

Parabenizo o Conselho Estadual de Saúde (CES) pelos 25 anos de atuação ativa como uma das entidades que congrega Usuários, Profissionais de Saúde e Gestores preocupados com o futuro do Sistema e uma instância de deliberação do SUS em Alagoas, exercendo os papéis relevantes de deliberação, fiscalização e acompanhamento das políticas públicas de saúde do Estado. A entidade é parceira do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Alagoas (Cosems) nas lutas municipalistas junto ao Executivo estadual e outros Poderes em prol da promoção de saúde de qualidade para a população alagoana.



Conselho Estadual de Saúde de Alagoas



@cesalagoas



**CES** **25** anos  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**ALAGOAS**